

Recurso de Lula sobre IOF depende de aval da AGU

Judicialização, porém, poderá agravar o momento delicado

Por Karoline Cavalcante

Se contar com o aval da Advocacia-Geral da União (AGU), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que derrubou a proposta da equipe econômica para compensar o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Ainda que ocorra a judicialização, ela não deverá solucionar o momento delicado da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Na última sexta-feira (27), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que Lula solicitou à AGU uma análise sobre a possível usurpação de prerrogativas do Executivo por parte do Congresso ao barrar o decreto. Caso a AGU conclua que houve invasão de competência, o presidente deve recorrer à Suprema Corte. Segundo Haddad, Lula “não pode abrir mão” de fazê-lo, pois prometeu “cumprir a Constituição Federal”. A declaração foi dada à GloboNews.

Haddad também negou omissão por parte do presidente nas tratativas em torno do decreto. “Eu não vejo omissão, muito pelo contrário. Tudo passou pela mesa do presidente. Inclui a renegociação do decreto sobre o IOF”, afirmou.

Surpresa

O ministro demonstrou surpresa com a reviravolta no Congresso e reiterou que a reunião de 8 de junho com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e



O AGU Jorge Messias dará o aval técnico ao recurso

do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), indicava um caminho de diálogo. “Saí da casa do presidente Hugo Motta com a certeza de que tínhamos dado um encaminhamento para as questões, que iam ser debatidas. Porque ninguém ali fechou questão, fechamos um encaminhamento”, relatou. Ele também alertou que a decisão provocará uma perda de R\$ 20 bilhões na arrecadação federal.

A AGU estuda o caso, mas antecipou que a decisão será técnica e ouvirá a equipe econômica.

Cenário sensível

O Correio da Manhã ouviu especialistas, que foram unânimes ao classificar o cenário como politicamente delicado, exigindo ações coordenadas por parte do Palácio do Planalto.

Na mesma sexta-feira, o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) entrou com ação no STF para suspender a derrubada do

decreto. Ao jornal, o cientista político Isaac Jordão avaliou que o governo pode tanto ingressar com uma ação própria — assumindo o protagonismo do embate — quanto deixar o Psol conduzir o processo, minimizando o desgaste político. Segundo ele, o governo deve “pagar pesado” em emendas parlamentares do segundo semestre até o início de 2026, o que pode ajudar a aliviar a crise.

Já a cientista política Raquel Mendes, da BMJ Consultores Associados, acredita que as emendas, por si só, não resolverão o impasse, embora veja espaço para reconstrução. “Depois de uma crise, há sempre um anel de oportunidade para o governo se reorganizar e, com isso, retomar a relação com o Legislativo, que desde o início da gestão é bastante maleável e sem bases sólidas. O Executivo vai precisar ter mais cautela e elaborar bem como será essa reconstrução”, afirmou.

Raquel destacou ainda que o

governo tem uma agenda prioritária importante para aprovar após o recesso parlamentar, o que será fundamental para recuperar popularidade e preparar o terreno para as eleições de 2026. “Então, o presidente Lula, a partir de agora, vai ter que olhar com bastante cautela para o Poder Legislativo, para que outras crises não surjam. Crises sempre aparecem, mas é preciso criar um ambiente menos volátil”, disse à reportagem.

Lula 3

Na análise do cientista político Rócio Barreto, o terceiro mandato de Lula difere significativamente dos dois primeiros, marcados por negociações eficazes e conquistas legislativas. Segundo ele, a atual crise de articulação é agravada por derrotas sucessivas no Congresso e pela liberação de emendas sem retorno político. Apontou ainda que a judicialização da queda do decreto do IOF “é uma solução paliativa”.

Lula decide encarar briga com o Centrão e a oposição

O presidente Lula (PT) tem encorajado ministros e aliados a expor divergências com o Centrão e a oposição depois da série de derrotas impostas pela própria base ao governo no debate sobre mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Segundo auxiliares do petista, a orientação é argumentar que parlamentares de centro e da direita – inclusive integrantes de partidos aliados – resistem à implementação de justiça tributária no Brasil.

Nas palavras de um colaborador direto do presidente, o governo quer dizer que tem lado e que não vai admitir cortes de programas sociais para manter privilégios.

Mais pobres

Outro integrante da equipe do presidente afirma que Lula está decidido a travar essa disputa. Segundo ele, o petista adotou nos dois primeiros anos de governo uma política econômica de inclusão dentro das limitações do arcabouço fiscal. Seu limite seriam medidas que restringem os direitos dos mais pobres.

Ainda segundo aliados, o presidente tem incentivado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), a falar mais e apresentar argumentos em favor da incidência de tributos sobre os mais ricos para desoneração dos mais pobres.

O chefe da equipe econômica, defensor há anos de im-



Vídeo mostra carga impostos sobre mais pobres

postos progressivos, passou a se colocar de forma ainda mais assertiva sobre o tema.

“Quem está condoído [com o projeto de aumentar impostos para ricos], quem faz propaganda contra são os 140 mil [super-ricos]. Eu estou tranquilo em relação a isso, porque eu sou ministro da Fazenda para enfrentar os 140 mil. Eu estou aqui para fazer justiça tributária”, disse Haddad em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo na quinta-feira (26).

Vídeo

Além disso, o PT divulgou

na última semana um vídeo sobre pagamento de impostos no qual fala em “taxação BBB: bilionários, bancos e bets”.

“O governo vai passar a taxar quem sempre pagou pouco ou quase nada: os super-ricos”, diz o vídeo.

Um ministro afirma que, ainda que não houvesse um incentivo de Lula, seus auxiliares passariam a reproduzir esse discurso de tanto ouvir essa avaliação do próprio presidente.

Marco

Aliados apontam o debate do IOF como um marco para o

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Morte de Juliana fez governo alterar decreto

Autorização para traslados irrita Itamaraty

A decisão do presidente Lula (PT) de assinar decreto que permite ao governo bancar, em algumas situações, o traslado de corpos de brasileiros mortos em outros países gerou muita irritação no Ministério de Relações Exteriores.

Desde a última quinta-feira, quando a medida foi anunciada, que o Itamaraty passou a receber pedidos para o trans-

porte de corpos. Segundo o decreto, cabe ao ministério decidir os casos excepcionais em que traslado deverá ser feito com recursos públicos.

Isso poderá ocorrer em casos em que a família do morto comprovar incapacidade financeira, quando um seguro de viagem não houver sido contratado ou em “em circunstâncias que causem comoção”.

Fragilidade

Essa última condição, por seu caráter subjetivo, foi a que mais gerou revolta no Itamaraty. Para alguns petistas, o decreto reforçou a fragilidade do governo, criticado em redes sociais por uma suposta falta de iniciativa para salvar Juliana Marins, que se acidentou na Indonésia.

Balão

Esses parlamentares do PT ressaltam que a movimentação das redes em torno do caso abafou a repercussão do acidente com balão em Santa Catarina que deixou oito mortos. O estado, lembram, é governado pelo bolsonarista Jorginho Mello (PL).



Alcolumbre ficou irritado por ter levado a culpa

Reação do governo não anula erros de articulação

A tentativa do governo de usar o mote da luta entre pobres e ricos para justificar a necessidade de aumentar o IOF gera desconfianças até entre petistas. Para eles, a iniciativa é a única que restou ao Planalto, mas não apaga as trapalhadas feitas na articulação política. O maior erro, frisam, foi o governo ter feito acordo

para derrubada dos vetos de Lula ao projeto que trata da energia eólica e, depois, fingido que nada tinha a ver com a história. No fim das contas, a bomba foi jogada no colo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele pressionou pelo acordo, mas não perdoa o governo por trair o que havia sido combinado.

Culatra

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) avalia foi um tiro no pé a decisão do Planalto de recorrer à Justiça para tentar barrar a decisão do Congresso de impedir o aumento do IOF. Para ele, isso complica a vida do governo junto aos parlamentares e à população.

Mais pobres

Ressalta que, diferentemente do que diz o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o aumento do imposto não atinge apenas os mais ricos. O IOF, lembra, também incide sobre dívidas do cheque especial e do cartão de crédito. “Pega o pobre envidado”, frisa.

Aliado

Para Portinho, ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal, o governo diminui sua base, acirra a disputa com deputados e senadores, mostra “que não respeita o Congresso, que, por sua vez está muito unido”. E acrescenta: indica que seu grande aliado político é o STF

Virada de fio

Além de todos os problemas, o Planalto ainda lida com o esgotamento de Haddad. No centro da crise que envolve as dificuldades de caixa do governo, o ministro demonstra estar muito cansado. Antecipou as férias de julho para junho para tentar dar uma respirada.

Catia Seabra e Caio Spechoto (Folhapress)